

Sarney reafirma compromisso social

Explica ao Congresso porque usou o decreto-lei no pacote econômico

"O programa da Aliança Democrática está sendo cumprido", atesta o presidente José Sarney na mensagem anual que encaminhou ontem ao Congresso, na reabertura dos seus trabalhos, num relatório de 62 páginas sobre o primeiro ano do Governo da Nova República, entregue pelo chefe do Gabinete Civil da presidência, Marco Maciel.

Assegura a mensagem que "a ação dos partidos foi decisiva para marcar os limites amplos da democracia restaurada", e que o Congresso também "contribuiu de forma decisiva para materializar o processo de mudanças", e acrescenta:

— Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais do meu Governo: o cumprimento dos compromissos de mudança das incertezas do passado que marcaram, de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, Governo e sociedade, poder e cidadãos.

Explica o presidente Sarney ao Congresso que usou um decreto-lei para baixar o último pacote contra a inflação por causa da "natureza sigilosa da medida e suas repercussões na economia":

— Essas medidas visam a combater a inflação, que se transformou no maior inimigo do País.

És a íntegra da introdução da mensagem ao Congresso:

Senhores membros do Congresso Nacional,

Cumpro com honra e orgulho o dever constitucional de prestar contas do trabalho do Governo, ao Congresso Nacional e à Nação, no instante em que se insere a presente Sessão Legislativa.

Esta Casa é a instituição maior da democracia. Nela se realiza a mais importante participação da sociedade nas decisões de governo, condição indispensável para que o Estado, no interesse do corpo social que lhe dá sentido e existência, cumpra suas finalidades.

Devolvido ao exercício de seu papel, o Congresso Nacional tem hoje participação vital na consolidação da democracia. A começar pela própria dignificação do instrumento da representação popular.

A Nação está em paz. Busca a prosperidade e desfruta a liberdade, sob o império da lei. As instituições nacionais cumprem o seu papel. Os poderes da República, harmônica e independentemente constituídos, asseguram e garatem os direitos de todos.

Convivemos pacificamente com todas as nações, resolvendo harmonicamente naturais divergências, respeitando a autodeterminação dos povos. Resguardamos nossa soberania, preservamos nossos interesses.

A opinião pública manifesta-se sem restrições. Respira-se liberdade. Vivemos um processo fecundo e intenso de mudanças e ajustamentos, garantidas à livre iniciativa e à promoção do bem-estar. Refreamos abusos, respeitamos o Direito. A opção social, solenemente proclamada e diariamente exercida, constitui, mais que dever, um compromisso. Estamos lutando para erradicar a miséria e para abrandar disparidades. Há solidariedade social em torno das aspirações comuns, há unidade de objetivos na diversidade de propostas.

Há o desejo de mudar e o esforço consciente de fazê-lo, mantendo a harmonia na convivência entre classes e preservando a estabilidade política e institucional.

Há pluralismo e entendimento, há liberdade. Cultivam-se valores

da democracia representativa, estimula-se a prática da democracia participativa. O Estado assiste os carentes, protege os fracos, esforça-se na promoção do bem comum. Há atividade nas escolas, liberdade nos sindicatos, tranquilidade nos lares, operosidade nas fábricas e nos campos. Há esperança para os jovens, estabilidade para os adultos, expectativa para as crianças e garantia para os anciãos.

Alarga-se a fronteira agrícola, cresce a produção de alimentos, corrige-se injustiças no campo mediante reforma agrária pacífica e democrática. Ampliam-se os benefícios da previdência social.

Exploram-se racionalmente os recursos naturais, investe-se no aprimoramento de recursos humanos, preserva-se o equilíbrio ecológico, aperfeiçoam-se instrumentos de defesa do consumidor.

Elevamos a participação dos salários no conjunto da renda nacional. Estimulamos a pesquisa científica, preservando nossa identidade. Amparamos as artes, fomentamos a cultura. Reservamos nosso mercado para os setores incipientes da economia nacional. Combatemos o desemprego, asseguramos o desenvolvimento, aumentamos a produção e expandimos o consumo.

Realizamos eleições livres, com milhões e milhões de eleitores, convocamos a Constituinte, e preparamos, com a próxima eleição de seus integrantes, plena restauração democrática.

Ressaltamos de maneira absoluta as decisões do Judiciário, e de igual forma acatamos as deliberações do Legislativo.

Este é o Governo da Lei, sob o primado da Justiça.

Assumi o Governo em instante dramático, em que a adversidade, a frustração fizeram-se imagem dolorosa no padecimento e morte de Tancredo Neves. Vive-mos momento difícil, de ocaso da esperança renascida, quando o desamparo pareceu abater-se sobre o País emocionado e temeroso.

A Nação e este Congresso são testemunhas das condições dramáticas que tive de enfrentar. Não busquei o poder, mas dele investido não descrei jamais de meus deveres e responsabilidades, do exercício sereno de minhas prerrogativas.

Companheiro da jornada cívica do inesquecível presidente Tancredo Neves, encontrei no convívio que então se estreitou exemplo de ponderação, equilíbrio e da maneira estóica como sempre encarou a missão que a História lhe reservará. Recolhi os testemunhos de sua grandeza, os ensinamentos de sua experiência e fiz-me cumpridor voluntário de seus compromissos.

Na abertura desse caminho geralmente aberto para a pacificação de entendimento e conciliação

dos políticos que somos, o Congresso Nacional assumiu plenamente suas responsabilidades. A ação dos partidos foi decisiva para marcar os limites amplos da democracia restaurada. Quer pelo restabelecimento da liberdade de organização partidária, quer pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, pela devolução da autonomia municipal, ampliação da anistia, aprimoramento da legislação eleitoral, concessão do direito de voto aos analfabetos.

Reintegrado em suas prerrogativas, o Congresso contribuiu de forma decisiva para materializar o processo de mudanças. A reforma da legislação fiscal, no sentido de torná-la mais justa; a regulamentação de emenda constitucional que ampliou significativamente os recursos públicos destinados à educação; a expressa solidariedade dos partidos à reforma agrária que estamos empreendendo são testemunhos eloquentes e definitivos de que o Congresso retomou seu papel de liderança na vida política brasileira.

Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais de meu Governo: o cumprimento dos compromissos de mudança do programa da Aliança Democrática e a superação definitiva das incertezas do passado que marcaram, de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, governo e sociedade, poder e cidadãos.

Para esse reencontro, está sendo fundamental a postura de probidade adotada pelo Governo. Mais que um simples preceito, probidade é o princípio ético de que não se afasta, no exercício de suas funções, o Governo da Nova República. Os padrões de escrupuloso respeito ao interesse coletivo e ao patrimônio público contribuiram sem dúvida para que pudéssemos atingir resultados promissores na repressão de abusos e fraudes, na prevenção do uso ilegítimo e arbitrário da função pública. O Governo não só exige, o Governo impõe austeridade no seu próprio desempenho. E com esses recursos que enfrentamos os desafios obstáculos com os quais ainda nos deparamos.

A opção social prioritária marca a meta do futuro. A ação presente é a luta pelo reajustamento econômico; uma economia mais justa, mais eficiente, mais forte.

Busca-se atingir ao mesmo tempo três objetivos, aparentemente inconciliáveis, mas perfeitamente factíveis: manter o desenvolvimento, combater a inflação e eliminar a intromissão indevida do estado na economia. Além de, no plano externo, renegociar as dívidas sem manchar a soberania nacional. Metas de tal abrangência não se atingem, obviamente, sem sacrifícios. Sacrifícios, no entanto, que não recaem sobre os mais pobres, nem impedem a progressão da classe média.

A persistente espiral inflacionária, condicionada por fatores estruturais e agravada por outros que emergem conjunturalmente, está sendo atacada simultaneamente em todas as frentes.

Temos que reconhecer, porém, que ao lado desses fatores enfrentamos também dificuldades internas, às quais sempre se debatou a tibia de Governo no combate à inflação. A causa mais frequentemente apontada era, sem dúvida, a persistência do déficit público, cujo financiamento alimentou o processo de expansão dos índices inflacionários. São conhecidos de toda a Nação os resultados obtidos: foi possível contê-lo em níveis aceitáveis em

1985 e deter seu crescimento nos dois primeiros meses de 1986. Coragem não nos faltou, inclusive com as tão importantes medidas da criação do orçamento único e da centralização de emissões monetárias. E, destaque-se, conseguimos fazê-lo sem abdicar do crescimento econômico, do aumento do emprego, da redistribuição da renda.

A inflação não é apenas o mais injusto dos tributos que se cobra de toda a sociedade indistintamente; é, sobretudo, inominável iniquidade contra os que não têm meios de defender-se de seus efeitos.

Esta é a razão principal por que o esforço de contenção inflacionária, visando assegurar estabilidade do processo de crescimento, é também preocupação social.

Fui obrigado ontem, na defesa da segurança econômica do País,

a decretar as medidas mais graves do meu Governo, criando uma nova moeda, extinguindo a correção monetária generalizada, congelando os preços e tomando outras providências de profundidade.

Dada a natureza sigilosa da medida e suas repercussões na economia, usei da prerrogativa constitucional do decreto-lei. Essas medidas visam a combater a inflação, que se transformou no maior inimigo do País, chegando a índices que podiam fugir a qualquer controle e destruir a sociedade, punindo os mais pobres, os assalariados.

Tenho a consciência tranquila de que o fiz no interesse do País, com a coragem que não pode estar ausente das decisões maiores.

Devo, contudo, salientar que o sucesso que nisso obtivemos, Senhores Congressistas, não será

éxito pessoal do Presidente da República, triunfo do Governo;

será vitória de toda a Nação.

O ano de 1986 é decisivo para consolidar o muito que alcançamos no que toca à conciliação nacional, através de pacto político e social, livre e soberanamente convencionado pelos representantes do povo brasileiro, na Assembleia Nacional Constituinte.

O projeto de institucionalização democrática de regime politicamente estável, economicamente próspero e socialmente justo, é a base fundamental para que possamos cimentar o caminho do futuro, neste limiar do novo século.

Nossas dificuldades, Senhores

Congressistas, são superáveis.

Construímos uma sociedade tolerante, democrática,

pacífica e vocacionada para o progresso. A expressão material

com que contamos não se avalia

apenas pelas condições que temos de enfrentar os efeitos das crises externas, na medida em que

quase 90 por cento de nossa produção volta-se para o merca-



Marco Maciel levou ao Congresso o pacote econômico decretado pelo presidente Sarney



A GUINADA DA ECONOMIA

1985 e deter seu crescimento nos

dois primeiros meses de 1986. Coragem não nos faltou, inclusive com as tão importantes medidas da criação do orçamento único e da centralização de emissões monetárias. E, destaque-se, conseguimos fazê-lo sem abdicar do crescimento econômico, do aumento do emprego, da redistribuição da renda.

A inflação não é apenas o mais injusto dos tributos que se cobra de toda a sociedade indistintamente; é, sobretudo, inominável iniquidade contra os que não têm meios de defender-se de seus efeitos. Esta é a razão principal por que o esforço de contenção inflacionária, visando assegurar estabilidade do processo de crescimento, é também preocupação social.

Fui obrigado ontem, na defesa da segurança econômica do País, a decretar as medidas mais graves do meu Governo, criando uma nova moeda, extinguindo a correção monetária generalizada, congelando os preços e tomando outras providências de profundidade.

Dada a natureza sigilosa da medida e suas repercussões na economia, usei da prerrogativa constitucional do decreto-lei. Essas medidas visam a combater a inflação, que se transformou no maior inimigo do País, chegando a índices que podiam fugir a qualquer controle e destruir a sociedade, punindo os mais pobres, os assalariados.

Tenho a consciência tranquila de que o fiz no interesse do País, com a coragem que não pode estar ausente das decisões maiores.

Devo, contudo, salientar que o sucesso que nisso obtivemos, Senhores Congressistas, não será

éxito pessoal do Presidente da República, triunfo do Governo;

será vitória de toda a Nação.

O ano de 1986 é decisivo para consolidar o muito que alcançamos no que toca à conciliação nacional, através de pacto político e social, livre e soberanamente convencionado pelos representantes do povo brasileiro, na Assembleia Nacional Constituinte.

O projeto de institucionalização democrática de regime politicamente estável, economicamente próspero e socialmente justo, é a base fundamental para que possamos cimentar o caminho do futuro, neste limiar do novo século.

Nossas dificuldades, Senhores

Congressistas, são superáveis.

Construímos uma sociedade tolerante, democrática,

pacífica e vocacionada para o progresso. A expressão material

com que contamos não se avalia

apenas pelas condições que temos de enfrentar os efeitos das crises externas, na medida em que

quase 90 por cento de nossa produção volta-se para o merca-

do interno e em que porcentagem quase igual de todo o nosso produto é oriunda de insumos, bens e matérias-primas daqui extraídas, elaboradas e beneficiadas.

Nossa pauta de exportações é hoje extremamente diversificada; a ampliação de nossa presença no mundo não se evidencia só pela expressão política de nossa importância, nem pela expressão econômica de nosso comércio: mede-se, também, pela capacidade de exportar técnicas e serviços, e gerar tecnologias adequadas à exploração racional do potencial de recursos naturais.

A coerência de nossa diplomacia, respeitando o direito internacional, e aspirando à paz e à democracia, favorece, sem dúvida, a multiplicação de nossa presença no cenário internacional. Não há, aliás, no mundo de hoje poder sem sua vertente externa. E o fim do século, nesse sentido, abre novas perspectivas para o Brasil e outras nações emergentes, quer nas conversações Norte/Sul, quer nas Leste/Oeste. O diálogo entre os países ricos do primeiro mundo e aqueles em vias de conquistar afluência econômica, estabilidade política e a harmonia social será tão mais justo quanto maior for a capacidade política de enfrentarmos, com a arma de nossa potencialidade e esforço de desenvolvimento científico, as dissensões geradas pelo desequilíbrio do poder mundial. A interdependência entre as nações será fato tão mais palpável quanto maior for sua capacidade de desenvolver novas técnicas, buscar recursos alternativos e manter expectativas de desenvolvimento para toda a sociedade, e não apenas para parte dela.

Senhores Congressistas,

Neste País não há lugar para

pessimismo, não há lugar para

derrotismo. Estamos vencendo

dificuldades, superando obstáculos.

Estamos ultrapassando desafios.

Na busca do futuro a paz social

é condição do êxito da disputa

política e consecução da estabilidade institucional.

Vamos modernizar o Brasil, aprimorar suas

instituições, ampliar os direitos

do cidadão e tornar mais justa a

sociedade.

Desejo prestar minha reverência

ao trabalho do Congresso Nacional

e, por seu intermédio, o Povo brasileiro, que nos

apresenta apoio na tarefa árdua de um

Governo de transição e conciliação

política e de luta pelas reformas

sócio-econômicas. Congresso

e Povo que se unem ao Governo

nessa luta que levamos a cabo,